

Cibercriminalidade e questões conexas

Combate ao terrorismo na Lei Tutelar Educativa

4 de dezembro de 2024

Lisboa: CEJ, Auditório – Presencial

Norte: Videoconferência

Cibercriminalidade Juvenil

14 de janeiro de 2025

Lisboa: Videoconferência

Norte: Presencial

Ação de Formação Contínua Tipo A

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: Refletir sobre o aumento da severidade e complexidade da violência juvenil; a intervenção tutelar educativa junto de crianças e jovens radicalizados, na ótica do ITE; o perfil do jovem radicalizado; a intervenção do sistema tutelar educativo, em particular dos Centros Educativos.

1.ª Sessão - 4 de dezembro - Combate ao terrorismo na Lei Tutelar Educativa

Manhã

09h30 Abertura

09h45 Noções essenciais sobre a infração terrorista

Nuno Dias Costa, Juiz de Instrução no Tribunal Central de Instrução Criminal

10h15 Investigação do Terrorismo

Cláudia Porto, Procuradora da República no DCIAP

11h00 Pausa

11h30 Radicalização de jovens e a ameaça terrorista

António Alves da Cunha, Coordenador de Investigação Criminal na Unidade Nacional de Combate ao Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária

12h00 Debate

Moderação: *Ana Marinho de Castro, Procuradora da República e docente do CEJ*

Miguel Vaz, Juiz de Direito e docente do CEJ

Tarde

14h30 A investigação em sede de ITE e a radicalização dos jovens

Paula Sousa, Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Cascais

15h15 Construção da identidade e radicalização

Catarina Pral, Psicóloga da Direção de Serviços de Justiça Juvenil (DGRSP)

16h00 Debate

Moderação: *Ana Marinho de Castro, Procuradora da República e docente do CEJ*

Miguel Vaz, Juiz de Direito e docente do CEJ